

DECRETO Nº 493, DE 10 DE ABRIL DE 1992

Regulamenta a Gratificação Especial de Localidade

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 17 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - A Gratificação Especial de Localidade referida no art. 17, da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, será concedida aos servidores da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais em exercício em zonas de fronteiras ou nas localidades referidas no Anexo a este Decreto.

§ 1º - A Gratificação de que trata este artigo incide sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo nos seguintes percentuais:

- a) quinze por cento, no caso de exercício em capitais;
- b) trinta por cento, no caso de exercício em outras localidades.

§ 2º - O pagamento da gratificação é devida a partir do início do exercício do servidor na localidade para que foi designado, cessando com o seu deslocamento da localidade ou quando da exclusão desta da relação constante do Anexo a este Decreto.

§ 3º - Os servidores já domiciliados nessas localidades passam a perceber a referida vantagem a partir da publicação deste Decreto.

§ 4º - A vantagem de que trata este Decreto não se incorpora aos proventos da aposentadoria ou disponibilidade, nem servirá de base de cálculo para a contribuição previdenciária.

Art. 2º - Considera-se localidade, para efeito do disposto no art. 1º as áreas de difícil acesso, inóspitas, e de precárias condições de vida constantes da relação em Anexo.

Parágrafo Único - O deslocamento do servidor para ter exercício em outra localidade, por necessidade do serviço e em caráter temporário, não implicará em perda da gratificação de que trata este Decreto.

Art. 3º - A gratificação de que trata este Decreto somente será concedido a servidores que se encontrem no efetivo exercício do cargo de provimento efetivo, nas localidades especificadas no Anexo.

Parágrafo Único - Consideram-se como de efetivo exercício, para efeito deste artigo, os afastamentos em virtude de:

- a) férias;
- b) casamento;
- c) luto;

d) licença para tratamento de saúde, licença à gestante ou decorrente de acidente em serviço;

e) licença-prêmio por assiduidade;

f) serviço obrigatório por lei.

Art. 4º - A gratificação de que trata este Decreto não poderá ser percebida cumulativamente com outras vantagens semelhantes.

Art. 5º - A critério do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil, poderão ser feitas inclusões ou exclusões de localidades para efeitos deste Decreto.

Parágrafo Único - O Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil poderá, mediante ato próprio, incluir ou excluir localidades relacionadas no Anexo a este Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

Brasília 10 de abril de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR

Célio Borja

ANEXO AO DECRETO Nº 493, DE 10 DE ABRIL DE 1992
GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE LOCALIDADE

UF	Percentuais	
	15 %	30 %
AC	Rio Branco	Brasiléia, Assis Brasil, Cruzeiro do Sul, Plácido do Castro, Sena Madureira, Tarauaca, Xapuri, Feijó
AM	Manaus	Tabatinga, Boca do Acre, Icamá, Maturaca, Melo Franco, Moura, Querari, S. Gabriel da Cachoeira, (Uaupes), S. Joaquim da Cachoeira, Tefé, Tunui, Cachoeira, Laurete, Manicore, Parintins, Pari-Cachoeira, Tupuruquara, Santo Atanázio, Palmeiras do Javari, Anamorim, Eirunepe, Itacoatiara, Barcelos, Benjamin Constant, Orixá, Estirão do Equador, Humaitá, Ipiranga Japurá, Lábrea, Autazes Urucará
AP	Macapá	Oiapoque, Jari, Tartarugalzinho, Bailique, Afuá, Pracuuba, Aporema, Calçoene
MS	Campo Grande	Corumbá, Aquidauana, Coxim, Porto Esperança, Miranda, Dourados, Porto Murtinho, Três Lagoas, Niacaque, Bela Vista, Ponta Porã, Jardim, Amambaí, Ladário, Novo Mundo
MT	Cuiabá	Cáceres, Barra do Garças, Rondonópolis, Xavantina, Alta Floresta, Vila Bela da Santa Trindade
PA	Belém	Santarém, Marabá, Altamira, Itaituba, Monte Dourado, Porto Trombetas, Abaetetuba, Bragança, Breves, Caeté, Agape-Açu, Alenquer, Almerim, Apalai, Caximbo, Conceição do Araguaia, Cururu, Gorotire, Gurupa, Jacareacanga, Kuxure Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Portel, Porto do Moz, Prainha, Redenção, São Félix do Xingu, São Porfírio, Tírios, Tucumã, Xambioá, Gurupi, Xinguara, Castanhal (*) * Acrescentado pela Portaria nº 2.616/93
RO	Porto Velho	Guajará-Mirim, Vilhena, Ariquemes, Ji-Paraná, Costa Marques, Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Cacoal
RR	Boa Vista	Bonfim, Araris, Erico, Surucucu, Caracaraí, Monte Roraima, Santa Maria do Boiaçu, Novo Paraíso Maracá
TO	Palmas	TO Palmas Araguaína.
PR	-	Guaira, Iporã, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Foz do Iguaçu, Medianeira, Santo Antonio do Oeste
SC	-	Dionísio Cerqueira, São Miguel do Oeste
RS	-	Jaguarão, Rio Grande, Chuí, Livramento, Bagé, Quaraí, Uruguaiana, Barra do Quaraí, Itaqui, São Borja, Porto Mauá, Porto Xavier, Três Pessoas

D.O.U., 13/04/1992